



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 8 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 31 de março de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Amazonas tem recorde no saldo de emprego formal em fevereiro deste ano 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
O GLOBO Inflação ganha o 1º round 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
HOJE EM DIA MPF acusa diretora da Suframa de enriquecimento ilícito 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DA AMAZÔNIA Dirigentes da Suframa e Fucapi processados por improbidade administrativa 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADÃO MPF acusa diretora da Suframa de enriquecimento ilícito 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM Indústrias podem dar férias por falta de insumos japoneses 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA MPF denuncia Suframa e Fucapi por irregularidades 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DA BAND Crise no Japão deixa empresas na zona franca de Manaus em alerta 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Amazonas tem recorde no saldo de emprego formal em fevereiro deste ano		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Em relação a fevereiro do ano passado, o aumento foi de 152%, com destaque para o setor da construção civil, que contribuiu com 45% do total da oferta de vagas.

[i] Setor da construção civil contribuiu com 45% do total da oferta de vagas.

Manaus - O **Amazonas** obteve o melhor resultado dos últimos quatro anos no saldo de emprego formal em fevereiro deste ano, com um total de 4.718 novas vagas, segundo análise do Departamento de Estudo, Pesquisa e Informação (Depi) da Secretaria de Estado de Planejamento e **Desenvolvimento** (Seplan), a partir de informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do **Ministério** do Trabalho.

Em relação a fevereiro do ano passado, o aumento foi de 152%, com destaque para o setor da construção civil, que contribuiu com 45% do total da oferta de vagas.

Nos últimos quatro anos, o crescimento do saldo formal de emprego - a diferença entre trabalhadores admitidos e demitidos - foi de 849%. Para se ter uma noção deste avanço, em fevereiro de 2008, o saldo de vagas totalizou apenas 497 postos de trabalho. O crescimento de fevereiro sobre janeiro deste ano foi de 51%, um total de 1.600 vagas a mais, em relação aos

3.118 postos de trabalho registrados no primeiro mês deste ano.

Efeito da crise econômica mundial de 2008, os resultados do Estado em 2009 ficaram muito abaixo do ano anterior com um saldo negativo de 6.360 vagas. Segundo o secretário de Estado de Planejamento Marcelo Lima Filho o impacto negativo não foi maior porque o Governo do **Amazonas** adotou medidas preventivas para conter o desaquecimento do parque industrial local com incentivos fiscais extras para polos industriais estratégicos como duas rodas. A recuperação gradual do **mercado** vem se dando desde 2010, com saldo positivo de 1.870 vagas identificadas em fevereiro daquele ano.

Além da indústria da construção civil, a colaboração do grupo "Outros", que inclui atividade extrativa mineral, serviços, administração pública e agropecuária, foi determinante para o bom desempenho do indicador saldo de emprego formal, com 41% das vagas ofertadas em fevereiro deste ano. Logo depois aparece o **Comércio** com 17% das vagas oferecidas. O setor de Serviços teve desempenho negativo de 11% no mesmo período.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Inflação ganha o 1º round		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

BC admite que não cumprirá centro da meta este ano e cita "gigantesco" choque de preços

Vivian Oswald

No primeiro Relatório de Inflação do governo da presidente Dilma Rousseff, o Banco Central (BC) sinalizou que já não há como atingir o centro da meta de inflação este ano, que deve fechar em 5,6% pelo IPCA, mais de um ponto percentual acima do alvo central de 4,5%, porém ainda dentro da margem de tolerância que vai até 6,5%. Como a economia ainda estaria digerindo o choque que o diretor de Política Econômica do BC, Carlos Hamilton de Araújo, chamou de "gigantesco", por efeito da explosão dos preços das commodities desde agosto de 2010, a instituição deve trabalhar para evitar a contaminação de outros setores da economia de modo que o IPCA - que ultrapassará o teto de 6% da meta no terceiro trimestre deste ano - arrefeça e possa convergir para o centro da meta. Mas isso só aconteceria em 2012. A previsão é que o índice chegue a 4,4% em junho do ano que vem.

- No segundo semestre de 2010, o mundo e nós fomos apanhados de surpresa por um gigantesco choque de commodities. Em nove meses, os preços subiram 70% e isso tem mais impacto no Brasil do que em outros países - admitiu o diretor ao apresentar o documento.

O choque "gigantesco" terá um impacto de 2,5 pontos percentuais na composição da inflação assim que for totalmente absorvido, segundo o BC. Dois terços deste valor já teriam sido computados no ano passado, mas ainda resta um impacto importante de cerca de 0,8 ponto para 2011. Na prática, é como se o país já partisse de uma inflação de 5,3% a 5,4% para o ano.

- Pode ser menos? Pode. Vamos ver. O nosso trabalho é para que o gap (em relação ao centro da meta de 4,5%) seja o menor possível - explicou Hamilton.

Diante da forte indexação da economia brasileira e do fato de os índices de preços no país ainda serem altos, o que cria expectativas mais elevadas para a inflação na sociedade, o BC avalia que o custo de aumentar demais as

taxas de juros seja muito alto para trazer o indicador para a meta no curto prazo.

- Não abandonamos o centro da meta para 2011. Nós trabalhamos para conter a propagação dos choques. O foco é 4,5%, mas um desvio por conta de choque de oferta é aceitável e é acomodado na banda de tolerância. Isso tudo para garantir a convergência para 2012 - explicou Hamilton.

Indexação é apontada como risco este ano

O relatório de março reduziu de 4,5% para 4% a estimativa para o crescimento da economia em comparação com o último relatório. Mas nem a redução do ritmo foi capaz de aliviar a projeção para a inflação, que subiu de 5% para 5,6% desde dezembro. O BC ainda entende que o crédito deva crescer e que as pressões inflacionárias devam se manter este ano. Referências à indexação e às expectativas negativas para a inflação permeiam o documento e são tratadas como fatores de risco.

"O Copom entende que há resistências importantes à queda da inflação no Brasil. Existem mecanismos regulares e quase automáticos de reajustes, de jure e/ou de facto, que contribuem para prolongar, no tempo, pressões inflacionárias observadas no passado. Como se sabe, mecanismos de indexação de preços, mesmo que informais, reduzem a sensibilidade da inflação às flutuações da demanda", afirma o relatório. Mais adiante, alerta: "Os riscos associados aos mecanismos de indexação tornam-se particularmente importantes em 2011".

Nas entrelinhas do relatório, o BC indica que pretende esperar os efeitos das medidas macroprudenciais adotadas nos últimos meses e sinais mais concretos do cenário externo para calibrar os juros. No documento do BC não estão computados, por exemplo, os efeitos da tragédia no Japão. O preço do petróleo também é considerado uma fonte de incertezas.

"Considerando as perspectivas de desaceleração da atividade doméstica, bem como a complexidade que ora envolve o ambiente internacional, entre outros fatores, a estratégia da política monetária pode eventualmente ser reavaliada, em termos de sua intensidade, de sua distribuição temporal ou de ambos", diz o relatório.

Segundo o ex-diretor do BC Carlos Thadeu de Freitas, as ações macroprudenciais têm efeito sobre a demanda, mas não sobre as expectativas. Isso, segundo ele, só confirma o fato de o BC querer ganhar tempo para agir.

- O BC mostrou que tem plano de voo bem definido. Vai esperar o efeito das medidas macroprudenciais e ganhou tempo ao aceitar a convergência para 2012. Agora, deixou claro que, se nada disso funcionar, vai aumentar a dose do remédio amargo dos juros. Mas o risco de aguardar é que as expectativas podem contaminar a inflação e gerar a indexação na economia. O BC não está deixando a inflação subir despreocupadamente, mas está tomando riscos excessivos. Essa é uma estratégia de muito risco - disse o estrategista-chefe do banco WestLB do Brasil, Roberto Padovani.


Para o coordenador de Análises Econômicas da Fundação Getulio Vargas (FGV), Salomão Quadros, o maior problema da inflação neste momento é justamente a expectativa, no que o plano de voo do BC não ajuda:

- Ela não está ancorada. Isso acontece porque o BC está mudando de estratégia, no que pode ser bem sucedido.

Mas essa troca de instrumentos ainda deixa dúvidas. É claro que, quanto mais alternativas, melhor. Mas a mudança está acontecendo no meio da batalha. Dá impressão de que o BC tem mais confiança do que o **mercado**.

A despeito do que vem afirmando a presidente Dilma, o relatório do BC reconhece a pressão da demanda na economia. "Esses aumentos ocorrem ainda em contexto de descompasso entre o crescimento da absorção doméstica e a capacidade de expansão da oferta, apesar dos sinais de que esse descompasso tende a recuar", diz.

- A inflação no **Brasil** ainda é alta. A meta ainda é alta. Quando o país evoluir para metas menores, as taxas vão cair, assim como os repasses para os (preços dos) serviços - ponderou Hamilton, do BC.

	VEÍCULO HOJE EM DIA	EDITORIA	
	TÍTULO MPF acusa diretora da <u>Suframa</u> de enriquecimento ilícito		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE NEGATIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

O **Ministério Público Federal no Amazonas** entrou com uma ação hoje por improbidade administrativa contra dirigentes e servidores da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)** e da **Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi)**. A ação foi encaminhada à 3ª Vara da Justiça Federal.

O MPF pede a nulidade do contrato firmado com a **Fucapi** pela **Suframa** e a condenação dos réus por enriquecimento ilícito, dano ao erário e afronta aos princípios da administração pública, por considerar que a licitação foi direcionada pela **Suframa** para a contratação da **Fucapi**.

De acordo com o texto da ação do MPF "é uma verdadeira orgia com o dinheiro público decorrente de uma licitação sem projeto básico adequado, e direcionada para uma entidade que, estruturada com recursos federais, presta serviços onerosamente há décadas à **Suframa**".

Segundo a assessoria do MPF, os réus são a **Superintendente** da **Suframa**, **Flávia Grosso**, o

Superintendente adjunto de Administração da entidade, Plínio Ivan Pessoa da Silva, e a coordenadora geral de Recursos Humanos, Raimunda Iracema de Castro Pacheco, que têm parentes na **Fucapi**. **Flávia Grosso** também tem um filho que trabalha na **Fucapi** desde 2001.

A reportagem procurou a diretoria da **Fucapi**, mas não obteve retorno dos telefonemas. Procurou também a assessoria da **Suframa**, que enviou comunicado informando que uma nota oficial seria emitida respondendo à notícia divulgada pelo MPF.

Os atos de improbidade, segundo a assessoria do MPF, foram identificados na licitação e contratação da **Fucapi** para prestar serviços técnicos especializados em assessoramento nas diversas áreas de atuação da **Suframa**.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO Dirigentes da <u>Suframa</u> e <u>Fucapi</u> processados por improbidade administrativa		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE NEGATIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

MANAUS - O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) entrou com processo na Justiça contra dirigentes e servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi). Segundo o órgão, foram identificadas irregularidades que apontam enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e atentaram contra os princípios da Administração Pública.

A denúncia é do suposto direcionamento de licitação e contratação da **Fucapi** para serviços de assessoramento. Segundo o MPF/AM, a Fundação não poderia ter participado da licitação devido a elaboração do projeto básico ter sido feita por servidores da **Suframa** com parentes na **Fucapi**.

Entre os servidores que participaram da elaboração do projeto estão o **Superintendente** adjunto de Administração da **Suframa**, Plínio Ivan Pessoa da Silva, e a coordenadora geral de Recursos Humanos, Raimunda Iracema de Castro Pacheco, que têm parentes na **Fucapi**. Um filho da **Superintendente** da **Suframa**, **Flávia Skrobot Barbosa Grosso**, também trabalha na fundação desde 2001.


A irregularidade seria evidente, para o MPF/AM, após a atribuição de notas máximas em todos os quesitos à **Fucapi**, diferente de outra empresa concorrente. Na análise do MPF/AM, as notas teriam sido invertidas, já que foram aceitos como válidos contratos apresentados pela **Fucapi** que contrariavam o disposto no edital da licitação, ficando

demonstrado o direcionamento do resultado para favorecer a fundação.

Mesmo após a contratação da **Fucapi**, haveria ausência de detalhamento na especificação dos serviços efetivamente prestados à entidade federal. Além disso, os trabalhos licitados fariam parte da atividade-fim da **Suframa**, o que impossibilitaria a terceirização. “A deficiência de servidores efetivos para realizar as atividades não pode justificar a contratação de terceiros, substituindo de forma ilegal o concurso público”, alega o MPF/AM.

O MPF/AM pede a declaração da nulidade do contrato firmado com a **Fucapi** pela **Suframa** e a condenação dos réus por enriquecimento ilícito, dano ao erário e afronta aos princípios da administração pública. As sanções incluem perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais pelo prazo de dez anos.

A **Suframa** informou ao Portal **Amazônia** que não recebeu oficialmente o comunicado do processo. Segundo a Assessoria de Comunicação da entidade, a **Superintendência** se pronunciará sobre o caso somente após o aviso formal da ação.

	VEÍCULO O ESTADÃO	EDITORIA	
	TÍTULO MPF acusa diretora da <u>Suframa</u> de enriquecimento ilícito		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE NEGATIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

LIEGE ALBUQUERQUE - Agência Estado

O **Ministério Público Federal** no **Amazonas** entrou com uma ação hoje por improbidade administrativa contra dirigentes e servidores da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)** e da **Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi)**. A ação foi encaminhada à 3ª Vara da Justiça Federal.

O MPF pede a nulidade do contrato firmado com a **Fucapi** pela **Suframa** e a condenação dos réus por enriquecimento ilícito, dano ao erário e afronta aos princípios da administração pública, por considerar que a licitação foi direcionada pela **Suframa** para a contratação da **Fucapi**.


De acordo com o texto da ação do MPF "é uma verdadeira orgia com o dinheiro público decorrente de uma licitação sem projeto básico adequado, e direcionada para uma entidade que, estruturada com recursos federais, presta serviços onerosamente há décadas à **Suframa**".

Segundo a assessoria do MPF, os réus são a **Superintendente** da **Suframa**, **Flávia Grosso**, o

Superintendente adjunto de Administração da entidade, Plínio Ivan Pessoa da Silva, e a coordenadora geral de Recursos Humanos, Raimunda Iracema de Castro Pacheco, que têm parentes na **Fucapi**. **Flávia Grosso** também tem um filho que trabalha na **Fucapi** desde 2001.

A reportagem procurou a diretoria da **Fucapi**, mas não obteve retorno dos telefonemas. Procurou também a assessoria da **Suframa**, que enviou comunicado informando que uma nota oficial seria emitida respondendo à notícia divulgada pelo MPF.

Os atos de improbidade, segundo a assessoria do MPF, foram identificados na licitação e contratação da **Fucapi** para prestar serviços técnicos especializados em assessoramento nas diversas áreas de atuação da **Suframa**.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Indústrias podem dar férias por falta de insumos japoneses		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

KÁTIA BRASIL

DE MANAUS

Ao menos uma indústria da Zona Franca de Manaus (AM) pode dar férias coletivas a funcionários nas próximas semanas devido à falta de insumos japoneses.

O problema é reflexo do terremoto e do tsunami que devastaram parte do Japão há três semanas.

Em **Manaus**, 36 empresas possuem capital japonês. O país é o terceiro maior **exportador** de insumos para as indústrias do polo, depois da China e da Coreia do Sul.

As empresas **importam** partes e peças para aparelhos receptores de sinais de TV, partes e acessórios para motocicletas e para motores, circuitos integrados e máquinas e aparelhos mecânicos.

Segundo a **Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus)**, quatro grandes indústrias de capital japonês têm estoques garantido de peças e partes para fabricação de motocicletas e eletroeletrônicos até junho.

Uma empresa sinalizou conceder férias coletivas, disse Gustavo Igrejas, coordenador-geral de acompanhamento de projetos.

"Se a empresa não conseguir o fornecimento da matriz no Japão até junho pode dar férias coletivas", disse. O nome da indústria afetada não foi divulgado.


Igrejas disse que as empresas Moto Honda, Yamaha, Sony e Panasonic deram sinal que vão buscar fornecimento de peças da China. Elas empregam, diretamente, mais de 20 mil pessoas.

"Elas dizem que têm até três meses de estoques. A dificuldade é a negociação do fornecimento com a matriz. As fábricas no Japão estão voltadas para o lado social por causa da comoção do desastre", afirmou.

Indústrias de outras nacionalidades, instaladas em **Manaus**, **importam** peças de **mercado** asiáticos, incluindo o Japão.

A finlandesa Nokia, uma das maiores fabricantes de celulares, informou que pode haver impacto no segundo trimestre.

"Mas já estamos buscando alternativas. Saberemos da magnitude desse impacto em abril", disse Jô Elias, diretora de comunicação da Nokia.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO MPF denuncia <u>Suframa</u> e <u>Fucapi</u> por irregularidades		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE NEGATIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

As ilegalidades foram identificadas pelo MPF/AM na licitação e contratação da Fucapi para prestar serviços técnicos especializados em assessoramento nas diversas áreas de atuação da Suframa

acritica.com

O **Ministério** Público Federal no **Amazonas** (MPF/AM) encaminhou à Justiça Federal, um processo contra os dirigentes e servidores da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**) e da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (**Fucapi**) por improbidade administrativa, que vão desde a elaboração do projeto básico de licitação até a liquidação da despesa em contrato firmado entre a **Suframa** e a **Fucapi**.

As ilegalidades foram identificadas pelo MPF/AM na licitação e contratação da Fucapi para prestar serviços técnicos especializados em assessoramento nas diversas áreas de atuação da Suframa, o que causou um lucro ilícito e prejuízo aos cofres públicos, tendo em vista apenas o direcionamento da licitação para a fundação.


Segundo o MPF, a elaboração do projeto básico foi feita por servidores da Suframa que têm parentes

trabalhando na Fucapi, o que não é correto conforme o artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

Entre os servidores que participaram da elaboração do projeto estão o **Superintendente** adjunto de Administração da **Suframa**, Plínio Ivan Pessoa da Silva, e a coordenadora geral de Recursos Humanos, Raimunda Iracema de Castro Pacheco, que têm parentes na Fucapi. A **Superintendente** da **Suframa**, Flávia Skrobot Barbosa Grosso, também tem um filho que trabalha na fundação desde 2001.

Em resposta a Suframa, ao tomar conhecimento da notícia divulgada pelo MPF/Am, aos veículos de comunicação, através da sua assessoria, informou que analisará e fará um pronunciamento.

A ação foi encaminhada à Justiça Federal e está tramitando na 3ª Vara Federal sob o nº 4737-98.2011.4.01.3200.

	VEÍCULO JORNAL DA BAND	EDITORIA	
	TÍTULO Crise no Japão deixa empresas na <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u> em alerta		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A crise econômica do Japão, depois do terremoto e do tsunami, deixa em alerta indústrias da Zona Franca de Manaus. Empresas que dependem de componentes japoneses buscam alternativas para não parar a produção.

Com a crise, a maior parte dos fornecedores de matéria prima para as fábricas está localizada no nordeste do Japão, a região atingida pelo terremoto. A falta de componentes usados em aparelhos digitais preocupa empresários.

Uma das companhias recebia material de cinco fábricas japonesas. Depois da tragédia, duas estão paradas e, com isso, o fornecimento caiu quase pela metade.

As fabricantes, de capital japonês, também são as que mais empregam. Elas detêm cerca de 30% da mão-de-obra da Zona Franca.

Algumas fábricas já pensam em mudar de fornecedores para não comprometer a produção. Por enquanto, ninguém fala em demissão, mas empresas admitem que podem dar férias coletivas aos trabalhadores.